

Brasil vai pagar menos juros a credores

Brasília — O Brasil deverá pagar menos juros pela dívida externa, em 1985: 11 bilhões 171 milhões de dólares, segundo a última estimativa divulgada pelo Banco Central — a projeção anterior, anunciada no final de novembro do ano passado, era de 12 bilhões de dólares. Houve também uma reformulação para o superávit da balança comercial. Antes, a estimativa era de 12 bilhões 200 milhões de dólares, mas, agora, o Banco Central prevê um saldo comercial de 12 bilhões 900 milhões de dólares.

Estes números constam da sexta versão do programa de ajustamento interno e externo, acertado com os representantes dos bancos credores da dívida externa. Numa edição bilingüe (português/inglês), o documento de 107 páginas tem o texto da última Carta de Intenção encaminhada, no dia 20 de dezembro de 1984, ao Fundo Monetário Internacional, cujas metas monetárias já estão totalmente ultrapassadas.

Até novembro, estimava-se um endividamento externo, para o final de 1985, de 104 bilhões 393 milhões de dólares. Agora, com os novos cálculos do Banco Central, esse número subiu para 104 bilhões 842 milhões de dólares. A dívida registrada (superior a 12 meses), que era de 97 bilhões 40 milhões de dólares, passou para 96 bilhões 772 milhões de dólares, enquanto a não-registrada caiu de 8 bilhões 353 milhões de dólares para 8 bilhões 70 milhões de dólares.

Uma alteração significativa nas novas projeções do Banco Central diz respeito ao volume de financiamentos oficiais e créditos de fornecedores e compradores. As autoridades da área econômica, até o final do ano passado, argumentavam que um dos principais motivos que, na atual renegociação dos compromissos externos, desobrigavam o Brasil de pedir dinheiro novo, este ano, era o total de 3 bilhões 666 milhões de dólares de ingressos. Agora, o volume de financiamentos oficiais e créditos de

fornecedores e compradores (*suppliers e buyers credits*) caiu para 3 bilhões 216 milhões de dólares.

Produção de petróleo

Entre os números da balança comercial, destaca-se a nova estimativa de produção interna do petróleo. Até novembro, acreditava-se que o Brasil poderia produzir, este ano, uma média de 530 mil barris/dia. Agora, a meta é mais ambiciosa: 550 mil barris/dia. A importação de óleo bruto e derivados, que deveria resultar num gasto de 6 bilhões 500 milhões de dólares, em 1985, agora deverá ficar em 6 bilhões 200 milhões de dólares.

No front interno, o documento traz os números mais recentes relativos a 1984. A preços de mercado, o Produto Interno Bruto (PIB) atingiu Cr\$ 405 trilhões 180 bilhões, contra uma previsão anterior de Cr\$ 399 trilhões 180 bilhões. O PIB cresceu 700 milhões de dólares.

A preços correntes, houve uma alteração do PIB per capita de Cr\$ 3 milhões 37 mil 900 para Cr\$ 3 milhões 83 mil 564. O documento confirma um crescimento do PIB de 4,4% em 1984, destacando um aumento da produção industrial de 6,7%.

O Presidente do Banco Central, Afonso Celso Pastore, admitiu, ao assinar a apresentação do programa de ajustamento, que "não foi possível neutralizar totalmente o impacto expansionista de acumulação de reservas internacionais, maior do que a esperada, do que resultou aceleração nas taxas de expansão da base monetária e dos meios de pagamentos acima dos níveis programados". Ele acredita porém que, em 1985, "como não há necessidade de maior acumulação de reservas internacionais", "as condições para a execução da política monetária apresentam-se incomparavelmente mais favoráveis".

em 1985